

PENSAR A LIBERDADE E  
AS PRERROGATIVAS DA  
DEMOCRACIA. UM ANTIGO E  
LONGO DEBATE

*Reflecting on freedom and the prerogatives  
of democracy. A long-standing debate*

MARIA DE FÁTIMA SILVA  
*fanp13@gmail.com*  
*Universidade de Coimbra, CECH*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5356-8386>

DOI

[https://doi.org/10.14195/0870-4112\\_3-11\\_2](https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_2)

Texto recebido em / Text submitted on: 14/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 10/09/2025

**Biblos.** Número 11, 2025 • 3.<sup>a</sup> Série  
pp. 41-60

## RESUMO

Falar sobre democracia e liberdade implicará sempre regressar à origem e às contingências que determinaram esse modelo de vida coletiva, o que significa considerar um processo longo e acidentado de que a Grécia antiga foi cenário. Este é hoje um tema largamente debatido, com posições e resultados muito controversos. Os testemunhos são bastantes, permitindo considerações antagónicas que resultam do confronto anacrónico que tendemos a fazer com a nossa experiência de hoje. Dentro dessa discussão, pretendemos regressar à consideração de dois textos retirados da historiografia clássica: o debate sobre formas de governo, enquadrado no Livro III de *Histórias* de Heródoto, e o discurso de Péricles em homenagem aos caídos em combate, no Livro II de *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides.

**Palavras chave:** Historiografia; *agôn*; encómio; Heródoto; Tucídides.

## ABSTRACT

Talking about democracy and freedom will always involve going back to the origins and contingencies that determined this model of collective life, which means considering a long and complex process that took place in ancient Greece. This is a widely debated topic today, with very controversial positions and results. There are plenty of testimonies, allowing for conflicting considerations that result from the anachronistic comparison we tend to make with our experience today. Within this discussion, we intend to return to the consideration of two texts taken from classical historiography: the debate on forms of government, in Book III of Herodotus' *Histories*, and Pericles' speech in honour of the fallen in battle, in Book II of Thucydides' *History of the Peloponnesian War*.

**Keywords:** Historiography; *agon*; encomium; Herodotus; Thucydides.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A democracia foi, como é sabido, uma das conquistas mais expressivas do espírito grego. Depois de experimentados, ao longo de séculos de história, outros modelos de vida coletiva – a monarquia, e a tirania dela resultante, com particular evidência –, a necessidade de instaurar um regime de maior equilíbrio social, que, minando as prerrogativas tradicionais, desse uma intervenção abrangente ao coletivo pareceu um caminho a seguir. Em resposta à própria pressão histórica, vários foram os nomes que ousaram rasgar, enfrentando as dificuldades óbvias que tal experiência comportava, esse novo caminho, e Atenas, uma das cidades mais emblemáticas da Grécia antiga, assumiu-se como a comunidade que levou mais longe a ideia de uma cidadania tendencialmente igualitária e participativa.

É evidente que tão profunda alteração social precisou de tempo para se desenvolver e consolidar. A partir do que Raafflaub (2015: 23) chama uma experiência “protodemocrática” ou “isonómica”, com origem no séc. VII a.C., em meados do séc. V a.C. o processo tinha atingido o seu pleno e dava já os primeiros sinais de decadência. Repetindo Lateiner (1989: 164):

A mutabilidade dos destinos políticos (como dos pessoais) é uma constante. Fracasso e (sobretudo) sucesso, nos Estados, revelam-se relativos e temporários; a ignorância humana apresenta-se como um princípio dinâmico e constante da história política, não como um erro curável; as circunstâncias que promovem a liberdade política apresentam-se cultural e historicamente limitadas, enquanto a tendência para uma expansão imperialística ultrapassa as formas particulares de organização doméstica com riscos para governantes e governados.

Entre outros testemunhos, a literatura, desde os seus primórdios e nas suas diferentes formas de expressão, deu conta dos passos elementares que a proposta democrática envolvia. A prática de reuniões ou assembleias

---

<sup>1</sup> Este estudo é financiado com Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00196/2025 e UIDP/00196/2025.

de chefes, em que a cada um era reconhecida a liberdade de intervenção, já testemunhada pela épica homérica, é um primeiro sinal de uma espécie de embrião de um futuro regime. Mas o caminho para o que se poderia chamar uma democracia – ainda que mais exclusiva do que hoje o conceito para nós comporta (mulheres, escravos e estrangeiros residentes eram alheios ao sistema) e, apesar de todas as lacunas a um conhecimento seguro dos seus contornos, sem dúvida diversos daquela que hoje nos rege – estava aberto. Poucos séculos passados, já Atenas, como a cidade democrática por excelência, merecia elogios rasgados, que o contraste com outros regimes ainda vigentes só contribuía para justificar; ao mesmo tempo que alguns brados de alerta denunciavam as primeiras nuvens a mancharem a luminosidade do modelo.

A nossa proposta nesta reflexão vai para o debate suscitado, a esse respeito, pelos dois grandes nomes da historiografia grega, Heródoto e Tucídides. É certo que os textos que nos propomos analisar têm uma configuração distinta, a que sem dúvida o momento e o contexto não são alheios. O horizonte com que um grego asiático como Heródoto estava confrontado, em tempo do conflito entre Europa e Ásia que agitou as primeiras décadas do séc. V a.C., é o de choque de culturas e, com ele, de inevitáveis comparações. Ao mesmo tempo que a Grécia se surpreendia perante realidades e convenções distintas, aquelas que proliferavam no Oriente, não podia deixar de associar a essa observação uma maior consciencialização das suas próprias práticas e opções. Conhecer o outro convidava, inevitavelmente, a refletir sobre si mesmo. Mas o que se afigurou como um desfecho feliz para a Grécia, a rematar esse embate com um inimigo exterior, a Pérsia, era apenas um passo na direção de um novo conflito, de contornos muito distintos, que passou a agitar, em competição sangrenta, as diversas cidades da Grécia. Tudo porque, na resistência à invasão persa, nem todas elas exerceram um papel igualmente decisivo, nem colheram glória equivalente. Atenas e Esparta, as duas incontestáveis vencedoras, entraram numa concorrência obstinada por uma prerrogativa a que se achavam com direito, agora dentro do mundo grego, procurando cativar alianças que sustentassem as pretensões de cada uma. Mas mais do que competir em torno de um papel concreto assumido

num momento histórico determinado, Atenas e Esparta confrontavam-se em algo mais profundo: a sua índole, o caráter dos seus cidadãos, as suas opções em termos de cidadania. Expor, perante as cidades aderentes ou rivais à sua causa, a excelência que as distinguiu passou a ser uma preocupação permanente. É justamente neste contexto que sucessivos elogios a Atenas se multiplicam, entre eles o que Tucídides põe na boca de Péricles, no ano longínquo de 430 a.C.

Heródoto, nas suas *Histórias* (3.80-82), optou por um debate comparativo, assinalando as virtudes e defeitos de que cada um dos regimes praticados pelo mundo conhecido<sup>2</sup> – democracia, monarquia e oligarquia (o governo de muitos, de um só ou de poucos) – tinha dado provas. Tratava-se, portanto, de avaliar em abstrato, numa atitude crítica, diferentes projetos políticos em que à democracia são reconhecidos virtudes e defeitos. Este é o debate oportuno num tempo em que o confronto militar com o Oriente colocava a Grécia perante outros modelos de vida e promovia uma avaliação consciente das suas opções face às realidades do ‘outro’; como também aquele em que duas cidades gregas tão distintas, como Atenas e Esparta, se disputavam a hegemonia sobre a Grécia.

Tucídides, por sua vez, integrou na sua *História da Guerra do Peloponeso* (2.35-46) o elogio de Atenas como cidade democrática, proferido em homenagem aos caídos em combate no termo do primeiro ano de guerra. Trata-se, portanto, neste caso, de louvar os heróis e de enobrecer as qualidades de uma cidade por que vale a pena dar a vida. Péricles, o estadista mais marcante da história da velha Atenas, assume-se como o porta-voz do louvor idealizado de uma cidade que, no seu argumento, não tem concorrência possível porque parece ter encontrado a fórmula certa para garantir segurança e bem-estar aos cidadãos. E na base do projeto está sem dúvida a sua maior conquista, a da liberdade, de ação e de palavra.

---

<sup>2</sup> Ésquines 3.6 dá por adquirido que estas são as três formas de governo tradicionais: “Bem sabeis, Atenienses, que são três as constituições para toda a Humanidade, tirania, oligarquia e democracia”.

## 1. HERÓDOTO E O DEBATE SOBRE FORMAS DE GOVERNO

O Livro III de *Histórias* de Heródoto põe em foco, em diversos episódios, a tirania vigente na Pérsia e a crise por que passa em tempos de Cambises, o rei louco: o golpe de um usurpador por morte do rei sem herdeiros, a conspiração para derrubar este sucessor ilegítimo e o acesso de Dario ao poder. E é exatamente no momento de vacatura, quando, após o assassinio do Mago, o trono se queda sem herdeiro natural e a solidez do império vive tempos de crise, que Heródoto introduz o célebre *agôn* sobre as formas de governo. Vitoriosos no golpe perpetrado contra o usurpador e seus sequazes, três dos conspiradores ponderavam o que fazer para reconduzir com mão segura os destinos da Pérsia. Democracia, monarquia e oligarquia apresentaram-se como matéria de discussão<sup>3</sup>.

Parece razoável recusar que esta seja a réplica de um debate concreto, travado por três aristocratas persas sobre modelos de governação, as suas virtudes e defeitos, como também haverá excesso em considerá-lo uma pura ficção<sup>4</sup>, como acontece com outros episódios inseridos no relato do ‘pai da História’. A síntese feita por Asheri<sup>5</sup> reflete o que parece a leitura mais objetiva deste episódio:

Na forma por que se delinea, é um debate grego, sobre ideias gregas, composto por Heródoto, bem integrado na narrativa principal e posto em grande relevo no momento em que o público grego contemporâneo estava interessado neste tipo de questões.

---

<sup>3</sup> Linderborg, 2018: 100: “Este debate constitucional proporciona-nos o primeiro exemplo conservado de uma discussão teórica centrada em qual seja a melhor forma de governo”. Será, portanto, uma espécie de termo *a quo* da “teoria política”, um passo em frente em relação ao que até aí era “pensamento político”.

<sup>4</sup> Sobre a polémica questão da veracidade ou ficção deste debate, *vide* Lanza, 1977: 225-6. O próprio Heródoto prevê já ou mesmo suscita a controvérsia criada quando afirma, a propósito do debate que se prepara para desenvolver (3.80.1; cf. 6.43): “Discursos que a alguns Gregos vão parecer incríveis”.

<sup>5</sup> Asheri, Medaglia, Frascchetti, 1990: 296; em função desta análise, Asheri sintetiza a polémica gerada por estes capítulos do Livro 3.80-82 de *Histórias*, que alguns imaginaram ser um excuro baseado em posições assumidas por intelectuais e retóricos gregos, outros como expressão de uma ideologia genuinamente persa.

Na verdade, nada há de surpreendente nessa colagem de uma ficção expressiva à verdade histórica quando se trata de Heródoto, que, mais do que um historiador no sentido estrito que hoje damos ao termo, foi também ou sobretudo alguém que cultivou o que chamaríamos Antropologia Cultural ou Filosofia da História. Portanto que o debate concreto, personalizado por Otanes, Megabizo e Dario, nunca aconteceu parece uma evidência. Mas talvez seja também uma evidência que, abstraído o contexto e ‘as personagens’, a matéria em si era o retrato verdadeiro de preocupações em discussão entre os Gregos ao longo do séc. V a.C., em que a obra de Heródoto foi escrita<sup>6</sup>. Como também não deixa de ser lógico imaginar que os próprios Persas, perante a crise política que a morte de Cambises e a usurpação do poder pelo Mago desencadeou, tivessem sentido necessidade de ponderar e discutir sobre o futuro do seu império. Afinal a assunção do poder por Dario não se fez sem resistências, até ao momento em que o absolutismo reinstaurado rematou uma fase de anarquia. O episódio refletia, portanto, uma discussão que flutuava no quotidiano grego, em particular de Atenas, e muito provavelmente também num determinado momento da História persa.

### 1.1. VANTAGENS E DEFEITOS DA DEMOCRACIA

Foi Otanes o primeiro a avançar com a entrega do poder ao povo (3.80), uma proposta que parecia implícita após a derrocada do tirano que acabava de se verificar. Em vez do elogio rasgado do poder popular, Otanes opta por assinalar o que a monarquia ‘não é’, pressupondo deste modo as vantagens de um modelo oposto. Em primeiro lugar, a autoridade de um só, “monarquia”, não é “nem agradável,

---

<sup>6</sup> A abonar esta marca helénica, no debate dos Persas em Heródoto, está o conjunto de sugestões dadas por diferentes comentadores sobre o mesmo tipo de reflexão, de abordagem e de terminologia que se multiplicam em textos anteriores, coetâneos e posteriores a Heródoto. Já em Píndaro, *Pítica* 2.158-161, se colhe um vislumbre da mesma reflexão; mais tarde, os sofistas terão tido na expansão do modelo um papel relevante – há mesmo quem defenda que Heródoto estivesse a reproduzir um debate sofisticado em concreto, de que Protágoras seria o inspirador (cf. Lanza, 1977: 226-227); por fim, a ele estão também associados nomes tão fundamentais como os de Platão, Aristóteles ou Isócrates.

nem boa” (3.80.2)<sup>7</sup>, essencialmente porque depende da “arrogância” (*hybris*) do chefe, como a experiência recente dos Persas, subordinados ao poder de Cambises e do Mago, acabava de demonstrar<sup>8</sup>. Naturalmente fica implícita a ideia de que o poder do povo proporciona um ambiente positivo, que respira autonomia e liberdade. O despotismo isenta quem governa de “prestar contas” (*aneúthynos*, 3.80.3), criando impunidades indesejáveis. O exercício do poder corrompe e, porque insuscetível de controle, incentiva quem o exerce a ambições excessivas. Logo a necessidade de um controle coletivo é entendida como uma garantia contra excessos; e os excessos do tirano manifestam-se, em termos gerais, no menosprezo pelos princípios tradicionais, no assédio à mulher alheia, e nas condenações sem julgamento. Sobranceria, ambição e descontrole de quem governa são por Otanes estipulados como os vícios responsáveis pela instabilidade e decadência social.

Feito o diagnóstico do insucesso do regime até então vigente – a monarquia / tirania –, o primeiro interveniente no debate conduz o argumento para as manifestas virtudes do regime que defende, o poder popular (*plêthos árchon*, 3.80.6)<sup>9</sup>. Nele tudo parece resumir-se, em fim de contas, à *isonomia*, a igualdade perante a lei<sup>10</sup>, em termos cívicos e políticos. A estratégia

<sup>7</sup> As traduções de Heródoto e de Tucídides aqui usadas são de minha autoria.

<sup>8</sup> No discurso de Otanes “monarquia” alterna já com “tirania” (3.80.2, 4), esta significando o agravamento dos defeitos da primeira. Assim se desfaz uma equivalência anterior entre os dois termos.

<sup>9</sup> Curiosamente a palavra “democracia” não faz parte do vocabulário usado no debate, embora *dêmos*, “povo”, e *krátos*, “poder”, sejam usados autonomamente. O que não significa que a palavra seja desconhecida de Heródoto, que a usa em 4.137.2, 6.43.3. Cartledge (2007: 158) justifica esta opção pela palavra “isonomia” e a exclusão, no debate, do termo “democracia” com alguma carga negativa que a palavra *dêmos* comporta, como referente à camada social constituída por gente pobre e humilde. Associada a *krátos*, *dêmos* poderia resultar no equivalente, segundo Cartledge, a “ditadura do proletariado”, uma expressão com o seu quê de pejorativo.

<sup>10</sup> Sobre a etimologia desta palavra e dentro da controvérsia por ela gerada, em Asheri, Medaglia, Frascetti (1990: 298-9) é emitida a hipótese de estar, primeiro, relacionada com a ideia de “distribuição equitativa” (*isos némein*) de um saque, de direitos ou de cargos; e só mais tarde, em função de uma etimologia incorreta, como “igualdade perante a lei” (*isos nómos*). Por sua vez Linderborg (2018: 128), atendendo à época a que o debate se reporta, alerta para que não se trata ainda do cumprimento de uma lei bem estabelecida, “mas sobretudo funciona como um alerta para a desejável harmonia e igualdade de um regime democrático ou proto-democrático”.

comparativa continua a mesma no raciocínio de Otanes: “O monarca não cumpre nenhuma das práticas seguintes”, aquelas que o equilíbrio social exige (3.80.6): “magistraturas atribuídas por tiragem à sorte, prestações de contas em final de mandato (*hypeúthynos*), deliberações sistematicamente sujeitas ao escrutínio popular”. Assim se garante uma saudável rotatividade no exercício de funções, escrupulo de comportamentos e intervenção do coletivo em assembleia. Seja concedido – conclui o Persa – o poder à maioria, “porque na maioria está tudo”. “Liberdade” não é, nesta primeira intervenção, um conceito expresso como apanágio de um regime popular; as suas virtudes parecem assentar, sobretudo, num controle racionalizado que salvaguarde o princípio essencial, o do predomínio da igualdade garantida pela lei.

O interlocutor seguinte, Megabizo (3.80.1), subscreve, sem hesitação, tudo o antes dito sobre os defeitos da monarquia; mas, como defensor da oligarquia, acrescenta defeitos evidentes ao que, para Otanes, era a pureza virtuosa do poder popular. Se a “arrogância” (*hybris*) constituía o pior defeito a assacar a um tirano, a mesma *hybris* existe em múltiplo (*hybristóteron*, 3.80.1), quando a autoridade é conferida a uma multidão indisciplinada. Tal ameaça torna a democracia, na opinião do segundo orador, mais perigosa ainda do que a própria tirania: “Quem quiser mal aos Persas, recorra ao povo” (3.81.3). Sob essa arrogância, está como sua causa principal a assimetria no conhecimento, ou seja, a dimensão da ignorância e da incompetência<sup>11</sup>. Sem para tal ter tido formação, a população é chamada a tomar decisões ou a cumprir funções da maior responsabilidade, em que atua como “caudal impetuoso” (3.81.2) – sugestiva metáfora para o que chamaríamos “psicologia coletiva”. Sem disporem de critérios seguros e informados, as massas deixam-se arrastar por impulsos e movimentos irracionais.

Faltava ainda ouvir a opinião de Dario (3.82). Não é surpreendente que se associe a Megabizo nas críticas à democracia; surpreendente pode ser, de certa forma, a defesa que faz da monarquia, por ele concebida como um regime entre todos virtuoso, desde que limados os seus vícios, até há pouco

---

<sup>11</sup> Sólon 9.3 West afirma que “o povo, por ignorância” tende a ser escravizado pelo *monarchos*.

experimentados pelos Persas. Neste caso, as três formas de governo são incluídas numa mesma ponderação sobre qual delas seja, “em abstrato, a melhor” (3.82.1). De resto, no argumento de Dario, as desvantagens de cada um dos dois outros regimes acabam impondo uma solução monocrática e tornando a monarquia – o governo de um só homem, honesto, competente e esclarecido – o desfecho inevitável dos maus efeitos dos regimes concorrentes; quando a anarquia se instala, por incapacidade dos “muitos” ou dos “poucos”, a um só homem caberá recuperar a ordem social. A leitura que Dario faz da atuação popular é, tal como para Megabizo, nefasta. “A maldade” (*kakótes*, 3.82.4) parece-lhe ser a legenda que melhor convém ao comportamento coletivo, um conceito complexo, difícil de exprimir com uma só palavra, que parece corresponder ao antónimo da desejável *arete*, a excelência. E mais uma vez a psicologia do coletivo entra em ação, porque o vício, praticado na coisa pública, também se redimensiona: “Não são inimizades o que se instala entre os maus, mas amizades sólidas” (3.82.4). O impulso conspirativo, assente nas piores tendências, amplia, na perspetiva de Dario, os vícios da democracia. Parece entendê-las como algo de medular na natureza humana que, se livres de controle, prometem violência e anarquia. São exatamente esses vícios e a desregulação deles resultante o que dá lugar à monarquia, o surgir de um salvador competente e ponderado. Curiosamente, todo o raciocínio de Dario se conduz para uma interrogação conclusiva: “E para reunir todos os argumentos numa só palavra: Onde é que vamos buscar a liberdade (*eleuthería*)? Quem no-la garante? O poder do povo, a oligarquia, ou a monarquia?” (3.82.5).

Linderborg (2018: 135) toma como tese para a sua reflexão sobre o debate o que poderá ser para nós uma observação conclusiva:

Quando esta ponderação pela primeira vez ocorreu, quando ordens sociais fundamentalmente diferentes se entenderam como entidades humanamente aplicáveis que se confrontavam pela primeira vez, uma verdadeira teoria política, a Teoria Política Clássica, tinha surgido.

Com ela impunha-se a consequência prática de um dos fundamentos da democracia, a liberdade de pensamento e de expressão. Só dentro desse

quadro foi possível propor, em abstrato, diferentes conceitos de vida coletiva e aduzir argumentos em favor ou contra cada um deles. Certamente elites e massas populares, ou o que desde Homero se chamou “pastores de povos” – os chefes a quem cabia conduzir decisões e vontades – já existiam antes da época clássica, as questões suscitadas pela sua coexistência no coletivo social eram conhecidas e sem dúvida consciencializadas; novo era mesmo o estímulo para as discutir, comparar e teorizar sobre elas.

## 2. TUCÍDIDES E O ELOGIO DE ATENAS

Foi no ano de 430 a.C. que Péricles proferiu, no cemitério de Atenas, o seu discurso de louvor aos mortos caídos em combate nesse primeiro trajeto da guerra. Tratava-se agora de um discurso a proferir em contexto público, que Tucídides procura sugerir ou reproduzir com a fidelidade possível<sup>12</sup>. O orador oficial nesta cerimónia obedecia aos padrões tradicionais, que o historiador sintetiza desta forma (2.34.6): “Um orador designado pela cidade, que se considere um homem de não pouca inteligência e que sobressaia pela reputação”. Sem dúvida que este tipo de discursos estava condicionado por uma convenção<sup>13</sup> – é o que fica patente do preâmbulo (2.35.1-3) –, mas Péricles, o melhor orador do seu tempo e bom conhecedor do discurso encomiástico, terá tido a capacidade de inserir nele um cunho pessoal e um ajuste às circunstâncias específicas: louvar os mortos e, acima deles, a cidade pela qual tinham dado a vida<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Uma síntese da consabida polémica desencadeada entre os comentadores sobre a fidelidade dos discursos que Tucídides põe na boca de vários políticos proeminentes é feita por Rusten (1999: 7-17). Nos seus limites extremos, as posições dos comentadores oscilam entre a absoluta fidedignidade e a total ficção.

<sup>13</sup> É previsível que dessa convenção fizessem parte “o louvor dos antepassados, o elogio dos mortos, a exortação aos cidadãos e a consolação das famílias” (Taylor, 2010: 64). Sobre o assunto, *vide* Loraux, 1986: 10.

<sup>14</sup> Como bem sintetiza Loraux (1986: 16) “Embora tenham uma função própria, os epitáfios pertencem a um conjunto mais amplo – ao *nomos* do funeral, claro, mas também e sobretudo à vida política da Atenas democrática”.

A sua proposta exclui o dado histórico específico – guerras e conquistas frescas na memória de todos –, para ascender a algo mais abrangente e essencial como as condições que promovem o desenvolvimento de uma verdadeira civilização, e os princípios – e o regime político – pelos quais Atenas, como um paradigma de cidade ideal, se rege. Por fim, Péricles enuncia os resultados, todas as condições que impõem a cidade à consideração internacional pelo conforto e segurança que proporciona aos seus cidadãos.

## 2.1. OS MÉRITOS DE ATENAS E DA SUA DEMOCRACIA

2.1.1. AUTOCTONIA E TRADIÇÃO COMO CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO  
Antes propriamente de abordar a situação atual – o objeto central do seu discurso –, Péricles recua ao passado, deixando claro que a grandeza que Atenas vive no momento é o resultado de uma construção que ascende a uma longa trajetória, aquela que só a autoctonia garante. Ter vivido sempre no mesmo território, ou até – assim o mito o sugeria – ter nascido do próprio solo em que se habita era uma vantagem de que as cidades com tradição se orgulhavam<sup>15</sup>. Enquanto outros povos, em errância nómada, procuravam ainda um destino, já os autóctones consolidavam um padrão de vida estável. Importa, por isso, na abertura de um elogio a Atenas, recordar, em ordem ascendente, primeiro os antepassados, os que remontam a tempos míticos, que (2.36.1) “habitaram desde sempre esta terra e, no suceder-se das gerações, a transmitiram livre até aos nossos dias, graças ao seu valor”. A liberdade, afirmada na resistência à invasão persa, é, assim, considerada como benesse dos ‘antepassados’ e a primeira condição de progresso e grandeza. Liberdade significou, neste conflito, a defesa da identidade europeia perante

---

<sup>15</sup> Já antes (1.2.5-6), Tucídides tinha sublinhado esta vantagem da Ática, garantida pela própria rudeza do solo: “por viver, desde os tempos mais remotos, sem dissensões internas devido à aridez do seu solo, foi habitada sem interrupção pelos mesmos homens”.

uma ameaça externa e granjeou para a Grécia, e para Atenas em particular, um poderoso estímulo ao desenvolvimento. Em segundo lugar, à geração anterior à de Péricles, por ele designada por “os nossos pais”, coube estabelecer as bases da organização desse poder. Acrescidas vantagens em cada nova geração, eis-nos chegados ao momento atual, aquele em que ‘nós’ – os que vivemos o presente, certamente a geração de Péricles –, “preparámos a nossa cidade sob todos os aspetos, tanto para a guerra como para a paz, de forma a que seja completamente autossuficiente” (2.36.3); Atenas atingia, portanto, o seu clímax, social e político. A consciência de ser ateniense e o que isso implica em termos de responsabilidade coletiva equivale ao empenho permanente e incondicional pela salvaguarda de prerrogativas que levaram séculos a construir. “O presente torna-se um paradigma, um modelo no espaço, dado que Atenas merece ser imitada pelas outras cidades, mas um modelo também no tempo”<sup>16</sup>.

#### 2.1.2. OS PRINCÍPIOS EM QUE A DEMOCRACIA ASSENTA

Péricles passa em claro as horas de glória, vividas em campo de batalha – certamente um lugar-comum nas orações de elogio aos heróis da pátria –, para se fixar, como num pressuposto essencial, nos princípios em que a experiência ateniense se fundamenta (2.36.4): “princípios que nos conduziram a esta situação de poder, como seja o regime político e os tipos de comportamento por que este poder se engrandeceu”.

Na democracia, o estadista vê um modelo de governação ainda de espectro restrito, que Atenas não importou nem imitou, mas criou e disponibilizou às outras comunidades. E adianta-lhe o fundamento essencial (2.37.1): “O seu nome, dado que o governo não depende de uns poucos, mas da maioria, é democracia”. Há então que clarificar as bases dessa democracia, o mesmo é dizer da relação entre cada indivíduo e o Estado. Péricles traz de novo à colação os princípios antes enunciados

---

<sup>16</sup> Loraux, 1986: 122.

por Otanes no debate dos Persas, em Heródoto. Antes de mais, democracia implica isonomia, a igualdade perante a lei; o funcionamento das suas instituições assenta no princípio da eleição, omitidas dessa forma prerrogativas de classe; competência e mérito (critérios importados de um código aristocrático) são as condições a privilegiar nesse processo. E se a liberdade é o alicerce do crescimento da cidade face a outras comunidades, a mesma liberdade deve ser de regra no convívio interno, entre cada indivíduo e o coletivo. Igualdade e liberdade previnem contenciosos, apaziguam conflitos e harmonizam interesses, que existem latentes na natureza humana (2.37.2).

Um temor saudável perante a lei e o poder instituído está também na base da paz coletiva. Temer a lei não é prescindir da liberdade, mas uma escolha livre que evita infrações. Por lei, Péricles alude não apenas à consignada em códigos escritos, mas sobretudo sublinha a lei não escrita, aquela que emana da própria consciência e afeta quem a desrespeita, não tanto ou apenas pelo sentimento de culpa, mas sobretudo pelo opróbrio social que o seu incumprimento acarreta.

### 2.1.3. BENEFÍCIOS E EXIGÊNCIAS DA DEMOCRACIA

Após o desenho, em abstrato, de uma democracia, Péricles passa a considerar, agora no concreto e tendo em conta a experiência do seu auditório de cidadãos atenienses, as vantagens práticas deste regime. De alguma forma, o seu discurso retoma, de modo distinto, o padrão comparativo que subjaz ao debate dos Persas em Heródoto; a caracterização de Atenas, no momento em guerra, implica para Péricles a inevitável comparação com o adversário; em termos concretos, Atenas e Esparta são a oposição de uma democracia a uma oligarquia, e as diferenças estabelecidas saem do nível dos princípios, para se manifestarem numa prática patente a todos.

As duas cidades eram apresentadas como opostos radicais sob vários pontos de vista: Atenas era rápida na ação, enquanto Esparta era lenta;

Atenas era tecnicamente inovadora, Esparta profundamente convencional; Atenas dada ao risco, Esparta avessa ao risco<sup>17</sup>.

Era visível que, desde uma fase ainda arcaica até à geração de Péricles, Atenas tinha deixado de ser uma cidade simples e conservadora, para se tornar numa comunidade complexa e ‘moderna’<sup>18</sup>; metamorfose que se ficou a dever em boa parte ao regime democrático nela instaurado. É essa realidade objetiva que o estadista se propõe analisar nas suas linhas de força. E começa pelos benefícios. A fruição cultural antecipa-se a qualquer outra; Atenas, como uma espécie de democracia ideal, proporciona ao seu povo, em primeiro lugar, uma extraordinária fruição cultural, dispersa ao longo do ano por “jogos e festas” (2.38.1). Dessa forma, imprime na psicologia coletiva um relaxamento, que substitui com vantagem a pressão e severidade tipicamente espartanas. À satisfação das exigências do espírito, segue-se a que beneficia as necessidades físicas, o conforto que as casas oferecem, a abundância de produtos, nacionais e estrangeiros, de um mercado ativo e farto (2.38.2), garantido por uma política expansionista (“forçámos o mar e a terra inteiros a estarem acessíveis à nossa audácia”, 2.41.4). E uma vez mais, sem que precise de o afirmar, o seu auditório estará consciente da diferença por que um ‘regime espartano’ – no sentido que ainda hoje preserva – atua nesta perspetiva. Mais adiante (2.40.1), Péricles vai insistir noutras satisfações

---

<sup>17</sup> Assim Ober (2006: 141) sintetiza de modo eficaz o modo como os Coríntios (1.68-71) contrastam ‘os Atenienses modernos’ com ‘os Espartanos tradicionais’, considerando esta comparação como um *topos* banalizado no debate político.

<sup>18</sup> Heródoto (5.78.1) registava sinais evidentes de mudança, em termos de liberdade e de igualdade, já em finais do séc. VI a.C., com a queda da tirania dos Pisístratos, a partir dos quais as reformas institucionais de Clístenes construíram um novo sistema administrativo. Ober (2007: 83) chama a atenção para o facto de estas reformas não resultarem propriamente da iniciativa de alguém, mas da pressão exercida pelas mudanças na ordem social que esse alguém teve a perspicácia de observar, para agir em conformidade. Ou seja, Ober coloca a evolução do sistema político sobretudo nas práticas sociais e não basicamente no legislador. Por fim, Cartledge (2007: 163) admite que houve um tempo em que a classe aristocrática, percebendo o poder crescente das massas populares, entendeu associar-se-lhes, em vez de as enfrentar, assumindo-se como seu “campeão”.

que, no plano cultural e artístico, Atenas proporciona: “Amamos a beleza com simplicidade e o conhecimento sem contemplações”. A terminologia que usa, neste caso – *philokaloûmen* e *philosophoûmen*<sup>19</sup> – ou é inédita ou rara, e não o fará certamente por acaso: tão raras como o vocabulário usado são as conquistas a que ele alude.

Após as vantagens da paz, o estadista passa às condições que podem garantir a Atenas predomínio numa guerra – argumento tanto mais pertinente no momento em que o que seria um longo conflito mal se iniciava (2.39.1). Fá-lo, em primeiro lugar, pela negativa; a autoconfiança de Atenas é tal que não necessita de expulsar estrangeiros para se defender de uma eventual espionagem. O seu lema é o cosmopolitismo e, por isso, se diferencia do seu adversário, Esparta, sempre muito defensivo quanto a imigrantes (cf. 4.80.4, 5.68.2). Na preparação do seu potencial militar, o regime democrático professa o antiprofissionalismo, não impõe nem mobilização obrigatória<sup>20</sup>, nem treinos exigentes e compulsivos; e, no entanto, deixou já provado, em horas de perigo extremo, como essa aparente tolerância não se mostra, em resultados, inferior à severidade. Algo inato à índole ateniense e inerente ao padrão educativo que pratica garante, com uma maior liberdade<sup>21</sup>, resultados que não são inferiores aos que a outros custam sofrimentos constantes.

Péricles não omite também aquela que para nós seria uma questão essencial numa democracia bem sucedida: a economia. Como em qualquer coletivo, em Atenas coexistem riqueza e pobreza. Mas o orador faz questão de sublinhar o equilíbrio em que se aposta. Por um lado, a riqueza não serve

<sup>19</sup> A primeira palavra é um neologismo, a segunda tem uma existência anterior escassa, em Heródoto 1.30.2.

<sup>20</sup> O que só viria a acontecer a partir do séc. IV a.C.

<sup>21</sup> Recordemos o comentário de Ober (2006: 149) “Os Atenienses consideravam a sua prestação ao serviço do Estado como uma espécie de educação *in fieri*, e mostraram-se dispostos, disponíveis e capazes de adquirirem novas capacidades sob a pressão dos acontecimentos e em tempo real”. Loraux (1986: 152), por seu lado, advoga que Péricles assimila no seu argumento uma vénia aos valores aristocráticos: “O que se consegue por natureza e treino situa-se na mais pura tradição do espírito aristocrático, que reserva a verdadeira glória para o heroísmo hereditário, e despreza as qualidades adquiridas, e por isso necessariamente imperfeitas”.

para cavar diferenças e estimular arrogâncias ou privilégios, mas como oportunidade para a ação. Em contrapartida, a pobreza não é uma condenação ou um opróbrio, mas também ela uma oportunidade, como estímulo à busca de soluções para resolvê-la. Por trás dos destinos da população, está naturalmente o governo e, neste aspeto, Péricles é claro. O segredo da boa governação está na experiência de que o homem público disponha como cidadão privado; ou seja, é a experiência de vida de cada um o que o credencia para o bom exercício da função política. Estar envolvido em diferentes atividades é um património que só traz benefício quando se trata de compreender o interesse coletivo. Com todos estes argumentos, Péricles parece reproduzir o cidadão ideal: o indivíduo rico de espírito, satisfeito nas suas necessidades do dia a dia, mas empenhado também na função pública e na participação no interesse coletivo, quer do ponto de vista da produção de riqueza e do progresso económico, como da boa gestão política. A harmonia entre privado e público é o segredo da felicidade coletiva, e aí sim, a democracia é exigente face a cada um dos seus elementos (2.40.2): “Somos os únicos que, a quem não toma parte nestes assuntos, consideramos não despreocupado, mas inútil”.

Mas viver em democracia impõe também exigências e compromissos. O ideal da liberdade não é absoluto, tem de ser considerado num equilíbrio sensível com a aceitação, exigida aos cidadãos, das leis democraticamente estabelecidas, e a obrigação de participar, de forma apropriada às qualificações de cada um, em nome da defesa, interesse e bem-estar do Estado. Participar exige empenhamento, suportado pelo estudo e ponderação dos assuntos, que conduz, em diferentes níveis de intervenção, à preparação de propostas por quem tem esse encargo e à necessária decisão através do voto. Tomada consciência das questões de Estado, a “audácia” torna-se uma qualidade, aquela que promove o avanço da reflexão para a ação; correr riscos, com conhecimento pleno das penalizações envolvidas, é indispensável ao verdadeiro progresso. “Outros há” – insiste Péricles, na sua reflexão comparativa – “a quem a ignorância dá coragem, e o cálculo, indecisão” (2.40.3).

Em cúmulo de todas as práticas de gestão interna e da fruição dos resultados, a democracia tem de promover a cooperação externa, sendo capaz de garantir aliados. A generosidade é, neste plano, a condição elementar

do sucesso. Agir, não em nome de vantagens, mas por real espírito de cooperação consolida alianças, inestimáveis na hora de auferir delas a natural retribuição. Esta é uma *philia* política alargada, que isenta quem a concede de uma posição de dívida ou de subserviência, e lhe traz uma contrapartida, que é simplesmente um ato de justiça. “Somos os únicos que prestamos ajuda na base da confiança, não tanto por cálculo de conveniência, mas pela confiança que nasce da liberdade” (2.40.5).

“Única” entre todas as cidades da Grécia é um qualificativo aplicado a Atenas com uma insistência flagrante (cf., e.g., Eurípides, *Heraclidas* 151, *Suplicantes* 27-28, 188-189; Sófocles, *Édipo em Colono* 261-262, 1125-1126). Neste “única” vai contida a alusão a todas as virtudes de Atenas, quer as que provêm de uma origem superior, quer todas aquelas que, por mérito próprio, foi conquistando. Esse carácter de exceção ganha maior relevo por oposição ao anonimato das restantes ou sobretudo aos comportamentos de impiedade (Eurípides, *Héacles Furioso* 1285-1286), insolência (Eurípides, *Heraclidas* 142-143, *Suplicantes* 384) ou cobardia (Eurípides, *Heraclidas* 23-25, 144-146, 193-196, *Suplicantes* 188), que Argos, Tebas ou Esparta encarnam.

## CONCLUSÃO

Heródoto e Tucídides ponderaram a democracia e o seu perfil como modelo político e social em contexto de guerra; guerra já terminada, no primeiro caso, o que permitia a Heródoto considerar com segurança os resultados por ela obtidos. A Grécia, um país de poucos recursos, tinha saído, contra todas as previsões, vencedora perante a invasão de uma potência. Vários foram os esforços empenhados nesse resultado, mas ninguém poderia negar a Atenas a intervenção decisiva em horas de risco extremo. Diversas comparações se impunham, entre o perfil das cidades determinantes na resistência, e entre a natureza de invasor e invadidos. Neste contexto, o debate dos Persas funciona como uma espécie de chave de leitura que, em abstrato, dá voz a todos os contrastes que os longos anos das Guerras Pérsicas – e os nove livros de *Histórias* de Heródoto – foram pondo em destaque.

Décadas passadas, o mundo que Tucídides conheceu e avaliou era distinto. As comparações continuavam inevitáveis, mas o resultado, apesar das aparentes vantagens e desvantagens, era ainda desconhecido, na medida em que a crônica de guerra que o historiador ia produzindo era simultânea aos próprios acontecimentos. O elogio que os Atenenses ouviram nesse dia longínquo de 430 a.C., com o cemitério de Atenas por cenário, beneficiou, em termos de eficácia, das emoções do momento – quando se homenageavam os combatentes mortos no primeiro ano da guerra do Peloponeso –, mas também de uma prática comum na cidade – o discurso encomiástico – agora usada pelo mais sábio dos oradores. Louvar Atenas encontrou diversos canais de expressão, de que, além da historiografia e da retórica, o teatro trágico constituiu também um dos principais testemunhos. A sugestão comparativa, o confronto entre as virtudes da cidade paradigma de responsabilidade cívica, de harmonia coletiva, dos benefícios por elas produzidos, com outras, orientadas por modelos governativos distintos, consagrou-se como uma estratégia visível; de resto, o padrão comparativo servia bem o papel que Atenas augurava para si num conflito ainda em embrião entre cidades congêneres. Nas palavras de Péricles, a cidade tinha razões para estar otimista; partiu para a guerra com todas as vantagens de que uma sociedade desenvolvida, ousada, gloriosa, com provas dadas, usufruía.

Mas Péricles, o último dos defensores de um projeto superior, morria, pouco tempo depois deste seu discurso de elogio a Atenas, vítima de uma peste inesperada que, sem piedade, desmantelou prerrogativas, aniquilou conquistas e minou as resistências da cidade. Numa espécie de paralelo terrífico, a peste destruía, passo a passo, a cidade idealmente perfeita que o discurso de Péricles acabava de construir. Este foi um golpe fatal, que deixou órfã e à deriva aquela *polis* superior que a oração fúnebre celebrava, “uma democracia governada por um só homem” (2.65.9)<sup>22</sup>... Na harmonia do um com o todo parecia residir, afinal, a chave do sucesso.

---

<sup>22</sup> Ober, 2006: 151: “Não porque Péricles fosse a autoridade soberana do Estado, mas porque o seu comando era um elemento estrutural indispensável ao sucesso continuado do sistema sociopolítico”.

## BIBLIOGRAFIA

- Asheri, David; Medaglia, Silvio; Fraschetti, Augusto (1990). *Erodoto. Le Storie. Libro III. La Persia*. Milano: Fondazione Lorenzo Valla.
- Asheri, David; Lloyd, Alan; Corcella, Aldo (2007). *A commentary on Herodotus Books I-IV*. Oxford: University Press.
- Cartledge, Paul (2007). Democracy, origins of. Contribution to a debate. In Kurt Raafflaub; Josiah Ober; Robert Wallace (Eds.), *Origins of democracy in ancient Greece (155-169)*. Berkeley: Los Angeles, London, University of California Press.
- Farenga, Vincent (2015). Liberty, equality and authority. A political discourse in Greek participatory communities. In Dean Hammer (Ed.), *A Companion to Greek Democracy and the Roman Republic (101-112)*. Oxford: John Wiley.
- Lanza, Diego (1977). *Il tiranno e il suo pubblico*. Torino: Einaudi.
- Lateiner, Donald (1989). *The historical method of Herodotus*. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press.
- Leão, Delfim (2018). *Poesis da Democracia*. Coimbra: IUC.
- Linderborg, Otto (2018). *Herodotus and the origins of political philosophy. The beginnings of Western thought from the viewpoint of its impending end*. Uppsala Universitet: PhD.
- Loraux, Nicole (1986). *The invention of Athens. The funeral oration in the classical city*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.
- Ober, Josiah (2006). Thucydides and the invention of political science. In Antonios Rengakos, Antonis Tsakmakis (Eds.), *Brill's Companion to Thucydides (131-160)*. Leiden: Brill.
- Ober, Josiah (2007). 'I besieged that man'. Democracy's revolutionary start. In Kurt Raafflaub; Josiah Ober; Robert Wallace (Eds.), *Origins of democracy in ancient Greece (83-104)*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Raafflaub, Kurt (2015). Why Greek Democracy? Its emergence and nature in context. In Dean Hammer (Ed.), *A Companion to Greek Democracy and the Roman Republic (23-43)*. London: Wiley Blackwell.
- Rusten, Jeffrey (reimpr. 1999). *Thucydides. The Peloponnesian war. Book II*. Cambridge: University Press.
- Taylor, Martha (2010). *Thucydides, Pericles, and the idea of Athens in the Peloponnesian War*. Cambridge: University Press.